



Deliberações Reunião de Câmara de 16 novembro 2016

ORDEM DE TRABALHOS

1.- QUARTA REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2016.

Presente, para análise e decisão, a quarta revisão aos documentos previsionais do corrente ano de dois mil e dezasseis.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

2.- SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.

Presente para conhecimento, e apreciação por parte da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do nº2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, informação sobre a situação financeira do município.

DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento

3.- MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL.

Presente, para conhecimento, informação prestada pela dirigente de 3º grau, Dra. Susana Francisco, acerca da MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL, em conformidade com a alínea a) do artigo 12º, da Lei nº 43/2012, de 28 de agosto.

DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.

4.- PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE DO MINHO E O MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO.

Presente, para ratificação, outorga de PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE DO MINHO E O MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO NO ÂMBITO DO MESTRADO EM GEOGRAFIA, assim como, a primeira Adenda ao mesmo.

DELIBERAÇÃO: Ratificado

5.- PROTOCOLO DE ALTERAÇÃO AO ANEXO I DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO.

Presente, para análise e decisão, PROTOCOLO DE ALTERAÇÃO AO ANEXO I DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO, celebrado entre o Município de Vieira do Minho e a EDP Distribuição em vinte e nove de novembro de dois mil e um.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

6.- PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO MERCADO DA CASTANHA 2016.

Presente, para ratificação, outorga de Protocolo de Cooperação celebrado no passado dia dez de novembro com a Cooperativa Agrícola dos Agricultores de Vieira do Minho, CRL, que tem por objeto regular a atribuição de competências na realização da chega de bois no âmbito do MERCADO DA CASTANHA 2016, até ao montante de € 4.700,00 (quatro mil e setecentos euros). A despesa foi objeto de emissão de proposta de cabimento e possui fundo disponível.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

7.- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE VENDA DO LOTE Nº 7 DA ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL DE TABUAÇAS – VIEIRA DO MINHO.

Presente, para análise e decisão, pedido de autorização de venda do Lote 7 (onde se encontra implantado pavilhão destinado a armazém e serviços) a AUTO REPARADORA DE DELFIM BASTOS & FILHO, LDA, em que é requerente o atual proprietário, JOSÉ DE OLIVEIRA PEREIRA GOMES, residente na Av. da República, Nº Senhora do Amparo, Póvoa de Lanhoso. Vem acompanhado de ata da Comissão de Avaliação.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

8.- LICENCIAMENTO DE OBRA PARTICULAR.

Presente, para análise e decisão, informação prestada pelo técnico superior, Arq.º Filipe Pimenta, constante de fl 59 do PO nº 76/2016, condicionada à aprovação da alteração ao alvará de loteamento, relativa à legalização de pavilhão para armazém e serviços, sito no Parque Industrial das Cerdeirinhas, freguesia de Tabuaças, município de Vieira do Minho, em que é requerente AUTO REPARADORA DE DELFIM BASTOS & FILHO, LDA, com sede no Parque Industrial atrás identificado, sito no lugar de Pepim, da mesma freguesia e município.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

9.- TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE TABUAÇAS COM VISTA A ARRANJO DE CAMINHOS MUNICIPAIS.

Presente, para análise e decisão, proposta de transferência de competências para a Junta de Freguesia de Tabuaças de arranjo de caminhos municipais sitos nesta freguesia, sendo que a verba a transferir para o efeitos será de 9.000,00 (nove mil euros). Vem acompanhado de informação prestada pela chefe de divisão, Dra. Isilda

Domingues. O pedido foi objeto de emissão de proposta de cabimento e tem fundo disponível.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

10.- PEDIDO DE APOIO POR PARTE DO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA DE ANISSÓ.

Presente, para análise e decisão, requerimento em nome do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA DE ANISSÓ, onde solicita apoio técnico para a realização de projeto para o Centro de Dia deste Centro Social.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

11.- APRESENTAÇÃO DAS CONTAS DA FEIRA DA LADRA 2016. Presente, para conhecimento, contas da Feira da Ladra de dois mil e dezasseis.

DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.

12.- PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS HONORÍFICOS.

Presente, para ratificação, atribuição pelo Presidente da Câmara de título honorífico de Medalha de Mérito, a cada um dos atletas de Desporto Adaptado do Cava, AMÂNDIO ANTÓNIO GONÇALVES ARAÚJO e EDUARDO JOAQUIM DURÃES FREITAS, pela conquista do campeonato da Europa de ParaHóquei.

DELIBERAÇÃO: Ratificado

13.- COLOCAÇÃO DE SINAL RODOVIÁRIO.

A pedido do Presidente da Junta de Guilhofrei, vem à Câmara, para análise e decisão, proposta de colocação de um sinal de trânsito de proibição de estacionamento, no Largo de Calvelos, daquela freguesia.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

14.- DESIGNAÇÃO DAS ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS.

Presente, para análise e decisão, proposta de designação das Estradas e dos Caminhos do Município de Vieira do Minho. Vem acompanhado de informação prestada pela técnica superior, Dra. Isabel Vieira.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

15.- CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO E A VIEIRA, CULTURA E TURISMO, E.M..

Presente, para análise e decisão, minuta de contrato-programa a celebrar entre a Câmara

Municipal de Vieira do Minho e a VIEIRA, CULTURA E TURISMO, E.M., para o ano dois mil e dezassete, no montante de € 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil euros), nos termos do artigo 27º e 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. A despesa será objeto de cabimentação e informação de fundo disponível no próximo ano, estando já previsto no PAM desse ano. Foi objeto de parecer do fiscal único, nos conforme determinado pela alínea c) do nº 6 do artigo 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

16.- INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL DA VIEIRA CULTURA E TURISMO, E.M. PARA O ANO 2017.

Presente, para prestação de informação nos termos da alínea a) do nº 1, do artigo 42º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, com as alterações subsequentes, INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL DA VIEIRA CULTURA E TURISMO, E.M. para o ano dois mil e dezassete.

DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.

17.-PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E O CONSELHO DIRETIVO DOS BALDIOS DE ESPINDO, PARA PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO PÚBLICO DE TRUGÃES.

Presente, para análise e decisão, proposta de realização PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO E O CONSELHO DIRETIVO DOS BALDIOS DE ESPINDO, com vista à pavimentação do caminho público de Trugães, sito no lugar de Espindo da União das Freguesias de Ruivães e Campos, sendo que o município comparticipará com o montante de € 6,500,00 (seis mil e quinhentos euros) e o Conselho Diretivo de Baldios com o restante. A outorga deste Protocolo ficará condicionada à existência de cabimento orçamental e fundo disponível.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

18.- FIXAÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NO PASSADO DIA VINTE E QUATRO DE AGOSTO.

Não tendo a deliberação da Câmara Municipal do passado dia vinte e quatro de agosto, contemplado a alteração efetuada pelo Decreto-Lei nº 41/2016, de 01 de agosto, vem de novo à Câmara o presente assunto, para análise e decisão, ao abrigo da alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de doze de setembro, com vista a aprovação pela Assembleia Municipal nos termos da alínea d) do nº1 do artigo 25º da mesma Lei, proposta de FIXAÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), aplicável aos prédios urbanos sitos no Concelho de Vieira do Minho, no ano dois mil e dezasseis, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea c) do nº1, e do nº5, ambos do artigo 112º do Código do IMI, na sua redação

atual:

- Prédios urbanos: manter a taxa de 0,3 %

Mais se propõe à Assembleia Municipal que, nos termos do nº 13 do artigo 112º do mesmo Código, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, seja fixada uma dedução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a seguinte tabela:

N.º de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.